



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

AS MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 82 - 1ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1994 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70 - NORMAL: R\$ 0,35

**MÉXICO,
ARGENTINA,
BRASIL**

**FALÊNCIA DO
NEOLIBERALISMO
LEVA GOVERNOS A
ATACAREM FUNDO
AS MASSAS**

**Organizemos a luta
antiimperialista
e anticapitalista**

**FORA A INTERVENÇÃO PRIVATIZANTE
NOS BANCOS ESTADUAIS
QUE OS BANCOS PASSEM AO
CONTROLE DOS TRABALHADORES**

Importações vão corroendo as reservas cambiais e o plano

Organizemos a luta nacional de massa contra o Plano

Nacional

O Brasil importou muito mais que exportou em novembro e dezembro. O saldo negativo foi de 1 bilhão e 400 milhões de dólares. As reservas cambiais caíram de 40 para cerca de 36 bilhões de dólares. A crise mexicana derrubou as bolsas de valores. O governo percebeu que tem que agir logo, senão a estabilidade econômica não dura mais que alguns meses. A valorização artificial do real em relação ao dólar se baseia no congelamento salarial e na inundação de dólares no mercado interno. Caso os dólares comecem a deixar o país, a moeda americana se valorizará e os preços voltarão a subir. E os dólares começaram a deixar o país: a queda nas reservas cambiais do governo mostram isso.

Quais são as medidas que o governo está tomando para impedir que a crise mexicana estoure mais cedo no Brasil? O governo logo aca-

bou com as vantagens de importação sem impostos pelo correio. Aumentou a alíquota para 40% e limitou o valor em mil dólares. E ganha força a posição de José Serra, de ampliar a ofensiva neoliberal a partir da reforma fiscal e enxugamento do estado.

A grande questão é como continuar pagando juros altíssimos aos investidores externos sem saldos na balança comercial e sem crescimento das forças produtivas? A solução da burguesia e do governo é aumentar impostos, cortar gastos com saúde, educação, moradia e previdência, cortar os orçamentos dos estados e municípios, demitir funcionários públicos, entregar as estatais do petróleo, telecomunicações e energia aos capitalistas imperialistas, privatizar a previdência e a saúde, acabar com o ensino superior gratuito. Tudo isso para dar condições ao Estado de pagar juros altíssimos aos credores externos e internos.

O plano neoliberal descarrega a crise capitalista sobre as massas. Os salários congelados, cada vez menos empregos, nenhuma assistência pública aos aposentados ou aos doentes, educação superior só para quem puder pagar etc. O governo é o instrumento para o imperialismo aplicar seu plano de aumento da opressão nacional.

Mesmo que o governo consiga impor todo esse plano, só conseguirá empurrar a crise para fren-

te. Quando as estatais estiverem todas vendidas, quando o governo tiver cortado todos os gastos com previdência, saúde, educação etc., quando não houver mais reserva cambial, de onde vai sair dinheiro para continuar sustentando a agiotagem internacional? Será a falência, que levará o governo a entregar o país ao imperialismo, assim como está fazendo o México.

Assim, a luta mais imediata das massas, por salário, emprego, contra as demissões no funcionalismo, contra a destruição do ensino, da saúde e previdência, contra as privatizações, se choca com o plano neoliberal no seu conjunto. A luta nacional das massas, se unificada, se colocará diretamente em confronto com o governo e o imperialismo.

É preciso organizar a luta contra o aumento da opressão nacional e social, que está se anunciando. Trata-se de construir a Frente Revolucionária Antiimperialista, que agrupe os oprimidos contra o imperialismo, sob a direção do proletariado. Essa luta antiimperialista se chocará com o governo e o grande capital nacional, que é incapaz de se confrontar com o imperialismo, por suas ligações econômicas históricas. Por isso assumirá um caráter anticapitalista, e conduzirá à luta revolucionária pela tomada do poder.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970



Ofensiva neoliberal começa com ataques ao funcionalismo e a privatização dos bancos estaduais

Logo que assumiram os estados, os governadores iniciaram uma ofensiva contra o funcionalismo e as empresas estatais estaduais. O pretexto são as dívidas estaduais, que colocam os estados em situação de falência. A ação começou com a intervenção nos bancos estaduais. O Banco Central intervém com o objetivo de preparar a privatização. Anuncia que vai fechar agências e demitir funcionários, para deixar os bancos rentáveis e atrativos para o capital privado.

Para os servidores, os governadores dizem que não há dinheiro para fazer o pagamento. Deixaram de pagar uma parte dos salários em alguns estados, parcelando o restante. Em São Paulo, Covas pagou aos funcionários até 300 reais, o resto fica para depois.

As estatais estaduais serão entregues uma atrás da outra. As demissões de funcionários serão em massa. Serão dezenas de milhares só em São Paulo: Eletropaulo, Sabesp, Fepasa, Dersa, Banespa etc.

Os estados dirigidos pelos petistas preparam uma ofensiva seme-

lhante. O governador do Distrito Federal Cristovam Buarque afirmou que também fará demissões.

Enquanto as oligarquias estão discutindo no governo federal como e em que ritmo será aplicado o plano neoliberal, nos estados a ofensiva está em marcha.

Chama a atenção o fato dos sindicatos não estarem organizando a luta. Já não se trata mais de um arrocho salarial, mas de não pagamento sequer da miséria prometida, e da perda de milhares de empregos. Por que não acontecem greves massivas contra os governadores que atacam ferozmente o funcionalismo? A explicação está nas direções dos sindicatos e da CUT. O PT apoiou o PSDB no segundo turno das eleições. Chamou os trabalhadores a apoiarem quem hoje está empunhando a ofensiva neoliberal. Como poderiam agora chamar a luta contra aqueles que apoiaram? Por isso estão de mãos amarradas. A política de se arrastar por trás das frações capitalistas consideradas "progressistas" leva o reformismo a uma posição que chega ao oficialis-

mo: além de negar-se a chamar a luta contra o não pagamento dos salários, apóia a intervenção privatizante nos bancos estaduais.

É uma necessidade imediata lutar para responder à ofensiva neoliberal dos governadores. A defesa da luta contra os governadores deve ser feita juntamente com a denúncia da prostração do reformismo e com a defesa da construção de correntes proletárias nos bancários e no funcionalismo, que se baseiem no programa revolucionário, de independência de classe e de defesa das condições elementares de vida das massas.

Nacional



Salário mínimo continuará nos míseros 70 reais

Os parlamentares votaram um salário mínimo de 100 reais, mas FHC já disse que vai vetá-lo, mantendo-o em 70 reais. Os parlamentares haviam aumentado no mesmo dia os salários dos governantes, parlamentares e da cúpula judiciária em índices de 100 a 220%, e instituíram um 14º e 15º salários para eles mesmos. Cada deputado vai custar ao governo 24 mil reais por mês, 15 meses por ano.

O governo diz que um salário mínimo de 100 reais levaria a previdência à falência. Mas não explica porque é possível dobrar e até triplicar os salários de governantes, ministros, parlamentares e a cúpula do judiciário sem quebrar as contas públicas.

O salário mínimo não é capaz sequer de pagar uma única cesta básica, que custa mais de 100 reais. Um salário mínimo real deveria estar em pelo menos 750 reais.

A defesa do salário mínimo real é a defesa da sobrevivência do trabalhador e sua família. Choca-se diretamente contra a superexploração ca-

pitalista e põe em cheque esse sistema econômico que não é capaz sequer de alimentar seus escravos.

A renúncia do reformismo em lutar pelo salário mínimo real em nome de que a economia do país não suportaria um salário mínimo de 750 reais é a prova de seu caráter de classe. Ao limitar-se a propor um salário mínimo de 100 reais o reformismo colabora para manter a superexploração sobre os assalariados.

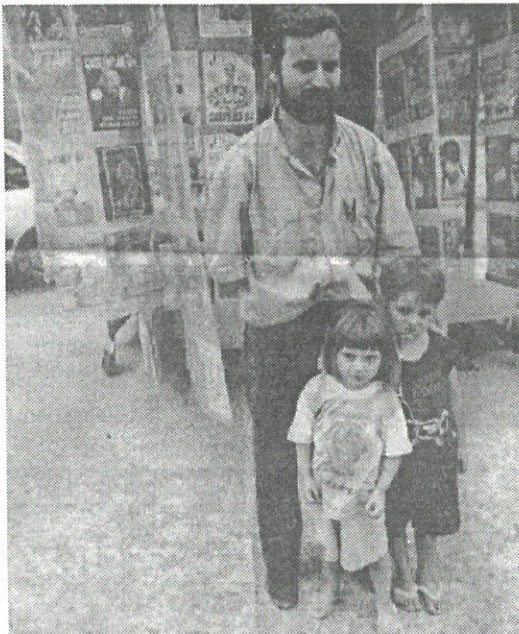
O POR defende a luta nacional de massa pelo salário mínimo real. Trata-se de uma reivindicação que se choca diretamente contra o parasitismo do capital financeiro internacional sobre o país e contra a burguesia nacional e seu governo entreguista. Unifica a maioria nacional que recebe menos de 3 salários mínimos e pode ajudar as massas a compreenderem, a partir de suas necessidades mais imediatas, a necessidade da destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Há 5 anos, Boni era expulso do PT por apoiar ocupações

No último dia 20 de janeiro, completaram-se 5 anos da expulsão oficial de Manoel Boni do PT. Na época, a direção petista o expulsou porque Boni se colocou ao lado dos sem-teto contra o prefeito petista, que pretendia desalojar os ocupantes do Buraco do Gazuza. A área pertencia à Prefeitura. Numa mobilização até a Prefeitura, os manifestantes entraram em choque com o prefeito. Boni e o ex-vice-prefeito Tonhão foram acusados de agressão e depois expulsos do PT.

Naquele momento, o PT estava preocupado em disciplinar as correntes de esquerda no seu interior. Pretendia aplicar a política de frente popular e para isso precisava ganhar confiança de setores da burguesia e anular as correntes esquerdistas que criticavam as alianças com partidos burgueses. Nas primeiras prefeituras que havia

conquistado, aplicava uma política pró-burguesa reprimindo as manifestações e greves. O PT começava a mostrar nas administrações as conseqüências de sua estratégia burguesa.



Veio a regulamentação das tendências, que passou a impedir a manifestação externa ao partido. A expulsão de Boni e Tonhão tinha como objetivo disciplinar as outras correntes, que cederam a todas as exigências da direção reformista com medo de perderem a chance de participarem das eleições. Mas nem mesmo assim conseguiram ficar no partido. Foram expulsas depois de

terem negado resoluções de Conferências e Congressos e aceitado todas as imposições da burocracia partidária.

Com a crescente burocratização e com a impossibilidade de expressar as posições no exterior, tornou-se inviável a militância revolucionária no interior do PT. Foi então a TPOR rompeu organizativamente com o PT em defesa da construção do partido operário revolucionário. Pouco tempo depois da expulsão de Boni, já estávamos fora do PT. Os acontecimentos seguintes e o aprofundamento da linha pró-capitalista seguida mostram o acerto da posição trotskista, que aplicou a tática formulada por Lênin em relação aos partidos reformistas, aprovada pela Internacional Comunista, que afirmava que a intervenção no interior dos partidos reformistas só era pensável se houvesse liberdade de crítica interna e de expressão externa.

A expulsão de Boni foi um sintoma de uma mudança de etapa da construção do PT, incompreendida pelas correntes de esquerda. Hoje, mais ainda, coloca-se a necessidade da construção do partido revolucionário.

Anistia de Lucena mostra: para julgar a burguesia é preciso construir os Tribunais Populares

Os parlamentares, antes do término de seus mandatos, aprovaram a anistia para o senador Humberto Lucena. Ele teve sua candidatura cassada pelo Tribunal Eleitoral no ano passado, porque se utilizou da gráfica do Senado para fazer propaganda eleitoral pessoal. Os senadores e deputados logo se levantaram em defesa de Lucena, porque a maioria dos parlamentares faz a mesma coisa. Alguns governadores eleitos estariam submetidos à possibilidade de cassação pelo mesmo motivo.

Assim, os deputados aprovaram a anistia a Lucena. Mais uma vez, os deputados não poderiam julgar e condenar a si mesmos.

Esses fatos mostram aos assalariados que a

burguesia e seus marionetes nunca vão julgar e punir a corrupção no Estado burguês.

Os únicos que são capazes de julgar e punir de fato a burguesia são os explorados. A mobilização de massa contra a opressão nacional e social cria condições para formar os Tribunais Populares, organismos de luta das massas para julgar de verdade e punir a burguesia corrupta. Não se trata de representações teatrais de julgamentos, como gosta de fazer o reformismo para defender as instituições do regime burguês apodrecido, mas de organismos surgidos da luta das massas contra a burguesia e seu regime.

Brasil seguirá caminho do México?

A crise econômica do México tem sido o principal tema de debate econômico e político no Brasil e no mundo. Discute-se sua profundidade, alcance e as repercussões nas economias latino americanas e na economia mundial.

A situação do México é de falência total. Deve mais de 140 bilhões de dólares, tem que pagar 50 bilhões ainda este ano, emitiu mais de 26 bilhões em títulos nas mãos de investidores estrangeiros. Mas só tem 6 bilhões em caixa, sua balança comercial está negativa em 18 bilhões ao ano e seu crédito nos bancos internacionais está zerado. Isso significa que o país não tem como continuar pagando os juros de sua dívida externa, não tem como resgatar os 26 bilhões em títulos públicos, nem pode continuar sustentando os investimentos americanos que trouxeram dólares ao país e baixaram a inflação. Se nada for feito, o México terá que declarar a impossibilidade de pagar suas dívidas, que farão com que percam seu valor. Serão transformadas em papel sem valor nas mãos dos capitalistas americanos, que perderão bilhões. O país, que se tornou importador de produtos americanos, não terá mais como pagar nada e os produtos americanos nem chegarão a sair de seu país, abarrotando estoques.

Mas as piores consequências virão em seguida. Os países latino americanos que têm aplicado a receita neoliberal executada à risca no México vão aumentar a crise: títulos nas bolsas de valores despencando, incapacidade de pagar dividendos aos investidores, queda nas importações de produtos americanos e europeus. Em outras palavras, prejuízos que podem alcançar centenas de bilhões de dólares e a volta da recessão.

Nos últimos dois anos, as economias dos países desenvolvidos têm crescido em torno de 1,8% ao ano. Criaram-se 15 milhões de novos empregos. Em boa parte isso se deve às exportações aos países do leste europeu e da América Latina, que tem aberto sua economia aos produtos imperialistas. Os economistas americanos avaliam que se

a crise mexicana se espalhar por todo o continente, a recessão será de 1% ao ano nos próximos dois anos na economia americana.

Por isso Clinton está desesperado para obter aprovação no Congresso americano e emprestar 40 bilhões ao México. O dinheiro será entregue aos credores americanos, numa operação de resgate desses parasitas capitalistas. Em troca, o México cederia o controle de seus poços de petróleo aos Estados Unidos. O petróleo é um dos elementos principais da economia mexicana. Se tudo acontecer como quer Clinton, o México vai se transformar num quintal dos americanos. E os capitalistas estarão momentaneamente a salvo do maior calote da História.



Fila no México para compra de dólares. A moeda mexicana se desvalorizou em até 85%.

A crise mexicana mostra a falência do neoliberalismo. Depois da queda do muro de Berlim e da desintegração da URSS, os ideólogos burgueses passaram a atestar a vigência do capitalismo, que deveria se modernizar para progredir. A receita era a aplicação de princípios que foram denominados neoliberalismo: abertura dos mercados, enxugamento do Estado através de privatizações, cortes nos gastos públicos (saúde, educação, moradia, previdência) e demissões no funcionalismo, aumento de impostos etc. Nos primeiros anos em que foi aplicada no México e Chile, dizia-se que esses países logo estariam em pé de igualdade com os europeus e americanos. Agora a crise mexicana mostra que o neoliberalismo é um mecanismo de transferência de dinheiro dos países atrasados para os

desenvolvidos. É a forma dos imperialistas aumentarem sua produção num mercado mundial estagnado: destruindo as economias dos países atrasados. O neoliberalismo está falindo, porque não é possível manter o parasitismo internacional funcionando sem o crescimento das forças produtivas.

Os reformistas e algumas correntes de esquerda foram ao longo dos últimos anos incorporando os princípios do neoliberalismo. Tratava-se da única proposta de defesa da continuidade do capitalismo, anunciada como de modernidade. Passaram a formular sua estratégia a partir de propostas de remendos no neoliberalismo. Agora, com a crise mexicana estão completamente desarmados. A falência do neoliberalismo os está levando à falência político-programática.

A falência do neoliberalismo mostra que o capitalismo está caduco, não consegue mais desenvolver as forças produtivas, quando a tecnologia e a ciência lhe dão todas as possibilidades. O grande entrave é a propriedade privada altamente concentrada, que bloqueia qualquer possibilidade de ampliação do mercado mundial.

A crise mexicana mostra a necessidade da revolução proletária, que destrua o capitalismo e liberte as forças produtivas para que a humanidade possa aproveitá-las em sua plenitude.

NACIONAL



Brasil, Argentina e Uruguai dão 1 bilhão ao México

Os governos brasileiro, argentino e uruguaio se comprometeram a dar 1 bilhão de dólares de ajuda ao México. A atitude dos governos atende às pressões norte-americanas, que obrigam os países latino americanos a ajudarem a sustentar o valor dos investimentos dos especuladores americanos no México. Mais que um empréstimo, trata-se de uma ajuda de caixa ao vizinho continental. O valor é pequeno para as necessidades do México, mas grande para as possibilidades do Brasil, que conta com 32 milhões de famintos e dá 300 milhões de reais para ajudar os grandes capitalistas americanos.

O governo norte-americano pressionou os países vizinhos a ajudarem a

contornar a crise, que põe em risco de grave crise a economia mundial capitalista. Clinton esperava que, com o apoio dos países mais pobres, ficasse mais fácil a aprovação do Congresso americano à operação de socorro aos grandes agiotas americanos, que envolve 50 bilhões de dólares. Mas nem com o sacrifício sulamericano o Congresso aprovou o envio do dinheiro. Clinton foi obrigado a usar um decreto ditatorial para enviar 20 bilhões, enquanto negocia com o Congresso mais um pacote.

Enquanto isso, o imperialismo pressiona o Brasil para que implemente rapidamente as medidas neoliberais que garantam a sustentação do parasitismo financeiro internacional sobre o país.

A luta pelo salário, emprego, saúde, educação, moradia etc. vai ficando cada vez mais ligada a luta contra o imperialismo e o governo entreguista.

Nacional

Debate em Diadema mostra necessidade da luta antiimperialista

No último dia 28 de janeiro, o POR realizou uma palestra e debate sobre a crise no México e suas conseqüências para o Brasil. Vários lutadores dos movimentos operário e sem teto da região compareceram, mostrando elevação da consciência política.

A exposição mostrou que a crise do México tem suas raízes na crise mundial do capitalismo e na aplicação da receita neoliberal, ditada pelo imperialismo. Mostrou-se que a estratégia imperialista neoliberal leva à destruição das economias dos países atrasados em benefício dos desenvolvidos. É a forma da burguesia contornar o estrangulamento do mercado mundial e conseguir vender sua produção. A linha de abertura dos mercados, privatizações, aumentos de impostos e cortes nos gastos dos governos serve para manter o parasitismo financeiro internacional e elevar minimamente a produção nos países imperialistas. Tudo às custas do aumento da miséria das massas trabalhadoras.

Mas essa política tem fôlego curto. Quando acaba o dinheiro dos países atrasados e esses não têm mais estatais para vender, nem gastos para cortar, nem saldos na balança comercial, nem crédito no exterior, aí vem a crise. É o

que aconteceu com o México, ameaça a Argentina e chegará ao Brasil.

O governo e a burguesia brasileira tentam adiar o problema atacando as condições de vida das massas. Demissões no funcionalismo, privatizações, fim da previdência, cortes na saúde, educação etc. são o caminho para manter a agiotagem internacional sobre o país. Mas mesmo que consigam aplicar a receita, vai chegar a hora em que não haverá mais nada para cortar e a crise vai estourar.

No debate, mostrou-se que o governo americano tem medo da crise mexicana, porque se ela se espalhar pelo continente, não só as economias atrasadas vão sofrer, mas a economia americana também. Porque não terá mais para quem vender o excedente de sua produção e seus investidores estarão com montanhas de papéis de títulos latinoamericanos que não valerão nada.

Criticou-se a posição do reformismo, que foi incorporando os princípios do neoliberalismo em sua política e hoje, com a falência do neoliberalismo, está paralisado e bloqueia a luta de massa anestesiando as organizações de massa, como a CUT e os sindicatos.

Contra a investida imperialista sobre o país, é preciso organizar a frente revolucionária antiimperialista. É a unidade dos oprimidos do país sob a direção do proletariado contra a opressão nacional. Mas, para ter essa frente em pé, é preciso construir o partido operário revolucionário, sem o qual os oprimidos continuarão a ser arrastados pela burguesia a serem parasitados pelo imperialismo.



Encontro Nacional do Banespa mostrou:

Está na hora da greve contra a intervenção privatizante!

A intervenção do Banco Central no Banespa e Banerj completou um mês. As direções sindicais convocaram um encontro nacional do Banespa em São Paulo e do Banerj no Rio. Em São Paulo, a burocracia sindical planejou um encontro de cúpula. Marcar o encontro na quadra do clube do Banespa em Santo Amaro já mostrou que se queria limitar a participação da base bancária. Mas a resposta dos bancários foi diferente: várias cidades do interior do estado enviaram centenas de participantes, que realizaram um encontro que simplesmente não coube na quadra do clube. A única exceção foi o baixo comparecimento da capital.

O encontro também foi organizado para que não houvesse discussão política. Planejou-se apenas 3 intervenções de 15 minutos e votação dos poucos pontos divergentes. A pauta do encontro mostrava um consenso na grande maioria dos pontos. O eixo de intervenção apontado pela direção foi o acompanhamento e participação das entidades dos funcionários para inserir emendas no relatório final dos interventores, apresentando sugestões e exigindo punições para os responsáveis pela situação. Na proposta de pauta, sequer se menciona qualquer luta contra a intervenção privatizante.

A burocracia sindical está anestesiada pela sua própria política. Como apoiaram o PSDB no segundo turno das eleições, agora estão obrigados a implorar que Mario Covas defenda o banco estadual. No encontro, faixas pediram ao governador que assumisse o Banespa. O boletim do comando do Banespa mostrava que Covas tinha sido convidado a participar do encontro pela direção. O PPS (ex-PCB) estava defendendo abertamente a intervenção, com um adesivo que dizia "Intervenção sem Demissão". Os petistas defendiam a volta da administração normal do banco. Todos se colocam pela pressão sobre os interventores, ninguém chama a luta contra a intervenção privatizante.

A posição em relação à intervenção é a questão central. Os interventores têm um papel muito claro e anunciado aos quatro cantos. Vão preparar o Banespa para a privatização, através de demissões e fechamento de agências. Qualquer luta contra as demissões ou contra a privatização, para ser conseqüente, precisa se opor à intervenção. Do contrário, acaba virando demagogia.

Por isso o primeiro ponto de destaque para votação no encontro era a posição em relação à intervenção. As posições eram: 1) Punição aos corrup-

tos e volta à administração normal do banco, defendida pelos petistas; 2) Fora interventores, defendida pela esquerda (PSTU etc.); 3) Intervenção sem demissão, defendida pelo PPS. Por trás das palavras, a divergência está em se apoiar ou se combater a intervenção. Essa questão nem chegou a ser votada em plenário, porque houve um acordo de bastidores que aprovou a proposta petista, adicionando um formal "contra a intervenção". A responsabilidade do PSTU nesse acordo foi total. Tratava-se de polarizar o plenário contra a posição de aceitação passiva da intervenção



pela burocracia sindical, e chamamento da ação direta contra a ação privatizante do governo. Mas o PSTU abriu mão de combater o reformismo, e apoiou um acordo cuja essência é enfiar goela abaixo dos bancários a posição reformista de pressionar os interventores com o objetivo de ver incluídas no relatório final da intervenção as propostas de melhor gestão do banco. Essa posição desarma os bancários, e abre caminho para os governos implementarem a privatização. O PSTU fez isso afirmando que a hora é de unidade. Chegou a propor o adiamento de todas as eleições internas do Banespa.

Trata-se de uma cortina de fumaça, que encobre que a unidade do PSTU é na verdade a capitulação ao reformismo. E não se trata apenas de uma capitulação a uma posição conciliadora, ou a pontos secundários. No caso do Banespa, os dirigentes sindicais petistas estão com uma política oficialista, de apoio crítico à intervenção. Abrir mão das divergências para apoiar essa posição é colaborar para que o Banespa seja privatizado sem luta. A unidade na luta, que defendemos, não pode se dar sem o debate franco das posições políticas e deliberação por vontade da maioria das propostas. A unidade não pode ser verdadeira sem direito às divergências. A ação unitária depende da livre discussão para deliberação da posição majoritária.

Essa capitulação reflete a posição do próprio PSTU no encontro. Em seu

manifesto, encontramos uma posição de adaptação ao derrotismo petista. Em nenhum momento chama uma luta de massa contra os governos federal e estadual. Limita-se a propor uma unidade em abstrato do funcionalismo, atos públicos de protesto e o tal adiamento das eleições internas. Nada de defender a greve contra a intervenção.

O encontro massivo demonstrou que é plenamente possível chamar a greve contra a intervenção no Banespa e Banerj. O encontro massivo tinha todas as condições para aprovar a organização da greve no Banespa. Faltou uma corrente com independência de classe para se opor à burocracia. Chegou-se a aprovar a proposta de eleição direta pelos funcionários dos diretores do banco, contra a posição da burocracia, que defendia a indicação negociada com o governador. Essa votação realçou a presença da base no encontro.

É preciso estender o movimento para os outros bancos estatais, porque o governo só iniciou sua ofensiva privatizante. Por isso defendemos a convocação de um Congresso Nacional de base dos bancários para deliberar um plano de lutas contra as intervenções e privatizações dos bancos públicos.

A falência das direções reformistas, que mostram-se incapazes de defender minimamente os bancos estatais e o emprego dos bancários, e do PSTU, que corre na sombra do reformismo, mostram a necessidade da construção de um corrente proletária nos bancários, que seja capaz de organizar a luta com independência de classe.

Nacional



Suspensa greve na Eletropaulo

Os eletricitários têm data-base em 1º de janeiro. Até há poucos dias, estavam em campanha salarial, reivindicando o IPCR mais 7% de produtividade, aumento dos vales refeições etc. O governo ofereceu apenas 22% de reajuste. Enquanto os parlamentares e governantes aumentaram seus salários de 100 a 220%, os funcionários teriam que engolir míseros 22%.

O sindicato marcou greve para o dia 27 de janeiro, numa sexta-feira logo após o feriado paulistano de 25 de janeiro, para

pressionar o governo. É claro que numa sexta-feira após um feriado não haveria greve alguma. O sindicato suspendeu a greve e fez um acordo com o governo que aceitou os 22% e prorrogou o contrato coletivo atual até 31 de maio. Assim, o governo poderá fazer as 9 mil demissões prometidas na empresa e os funcionários continuarão recebendo seus salários arrojados.

É preciso construir uma direção classista nos eletricitários, que organize os trabalhadores com independência de classe e não os submeta aos conchavos com as frações da burguesia e o governo.

Curso de Formação Política

As sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem

Iniciou-se no último dia 28 de janeiro mais um curso de formação política em Diadema. Trata-se do curso de marxismo para operários, que busca desenvolver a consciência de classe dos militantes classistas dos movimentos, para que cheguem à compreensão da necessidade da luta revolucionária e da construção do partido operário. No encontro, discutiu-se as diversas sociedades que já existiram com a exploração do homem pelo homem:

As diversas sociedades:

Ao longo da história, surgiram e desapareceram várias classes de várias sociedades:

A - Comunismo primitivo ou sociedade não autoritária

Não existia propriedade privada e tudo o que existia pertencia à comunidade; não havia o Estado como conhecemos agora (com prisões, soldados, leis para castigar); a igualdade entre o homem e a mulher era completa, muitas vezes a mulher estava no comando da tribo como chefe.

B - Escravidismo

Baseia-se na exploração dos escravos pelos homens livres e donos dos escravos (os únicos considerados capazes de decidir a sorte da sociedade). O escravo era propriedade de seu dono, seus filhos e o produto de seu trabalho pertenciam a este, não podiam abandonar o seu dono sob pena de severos castigos. Os escravos eram comprados e vendidos e o dono era obrigado a alimentá-los.

C - Feudalismo

O dono de grandes extensões de terra (senhor

feudal) explorava os camponeses assentados em suas terras, que por um pequeno pedaço de terra que o senhor feudal lhes cedia para que plantasse, colhessem e vivessem de seus produtos, eram obrigados a cultivar a terra do senhor feudal, a prestar serviços domésticos para este, transportar produtos etc. sem serem pagos (por fazer trabalhos servis, pela sua servidão, eram conhecidos como "servos"). Nos pequenos centros urbanos (os burgos) havia oficinas artesanais, onde o mestre-artesão (dono do local, das ferramentas, da matéria-prima e que podia alimentar e pagar os aprendizes e oficiais) explorava os aprendizes e oficiais.

D - Capitalismo

Assim se chama a sociedade em que vivemos e que explicaremos.

E - Comunismo Superior

Em todas as sociedades anteriores, excetuando a comunista primitiva, existiram explorados e exploradores, oprimidos e opressores, classes sociais com interesses diferentes e sempre em luta.

A sociedade comunista tem como ponto de partida a grande produção feita com o auxílio das máquinas (uma das contribuições do capitalismo), suprime as classes sociais, os explorados e exploradores, destrói a propriedade burguesa sobre os meios de produção para que passe para as mãos da sociedade, até desaparecer o Estado, permitindo a igualdade entre o homem e a mulher.

(Extraído do texto de Guillermo Lora, *Marxismo para Operários*, do POR boliviano)

Já chegou o volume III das Obras Completas de G. Lora - Adquira com o distribuidor deste jornal



Movimento Vila Socialista protesta contra Covas

Os sem-teto se mobilizaram para pressionar o governador Mario Covas lotando 15 ônibus em Diadema e indo até o Morumbi. No caminho, pararam em frente à prefeitura de Diadema e realizaram um ato público. A prefeitura dirigida pelo PT também tem responsabilidade na falta de moradia. A Secretaria Municipal estabeleceu seu orçamento destinando 780 mil reais para despesas gerais (burocracia, xerox, gasolina, ajudas de custo etc.) e apenas 500 mil para a construção de casas. Os manifestantes protestaram contra a utilização da secretaria em benefício da burocracia municipal enquanto milhares de famílias não tem onde morar.

Os sem-teto foram impedidos pela polícia de chegarem até o Palácio dos Bandeirantes, e não foram atendidos por Covas, que estava em Brasília. Mas conseguiram uma audiência com o Secretário da Habitação e com o presidente do CDHU.

No encontro, os representantes do governo receberam a pauta de reivindicações e afirmaram não ter verbas para construir mais casas. Limitaram-se a encaminhar as reivindicações ao governo e a marcar uma nova reunião no próximo dia 13 de fevereiro, às 16 horas.

As reivindicações do movimento são:

- 1) entrega imediata dos 192 apartamentos da Vila Socialista
- 2) conclusão dos 128 apartamentos já com obras iniciadas
- 3) dar seqüência a um protocolo de intenção assinado por Fleury e pela prefeitura de Diadema para a construção de mais 300 apartamentos populares
- 4) que o governo implemente a construção de mais 2 mil moradias ainda este ano, sob regime de frente de trabalho
- 5) concessão de direito real de uso aos moradores do Morro do Samba, que ainda estão sem situação regularizada
- 6) conclusão das obras do Hospital do Serraria, que foram iniciadas há 8 anos e só possui estruturas

Os sem-teto avaliam que a manifestação foi positiva. Com essas mobilizações, os sem-teto vão per-

cebendo as limitações das pressões sobre o governo e o parlamento e vão percebendo a necessidade de partir para a ação direta (ocupações) para resolverem seus problemas.

O movimento tem avançado com a realização de cursos de formação



política operária, que ajudam a fortalecer, conscientizar e politizar os sem-teto. Os que vão avançando na sua consciência vão percebendo a necessidade da luta mais geral contra a exploração e opressão capitalistas e chegando à conclusão da necessidade da construção do partido operário revolucionário.

O movimento Vila Socialista continua realizando assembléias sistemáticas, onde se aplica a democracia operária e se encaminha

a luta. A próxima será no dia 12 de fevereiro, às 16 horas. Os movimentos de sem-teto de bairros vizinhos têm trabalhado conjuntamente e enviado representantes às assembléias. São exemplos disso o movimento de Sapopema e do Morro do Samba. A unidade dos sem-teto, caminhando para a unidade com o movimento operário, é o caminho para conquistar da burguesia e dos seus governos o direito elementar de ter onde morar e criar os filhos. Vai ajudando a perceber também que o capitalismo hoje é incapaz sequer de dar as condições mínimas de sobrevivência aos assalariados, e por isso deve morrer, para que os trabalhadores e suas famílias não morram. Esta é a luta do Partido Operário Revolucionário.

Movimento Operário



Porque os sem-teto querem frentes de trabalho e não mutirões

Uma das reivindicações dos sem-teto de Diadema é que o governo implante frentes de trabalho para a construção de casas populares. A proposta é que o governo contrate os próprios sem-teto desempregados para que construam as moradias, com contrato de trabalho e todas os direitos trabalhistas decorrentes. Essa proposta é contrária à dos mutirões, nos quais os trabalhadores constroem as casas sem receberem nenhum pagamento por isso. Além disso, as construções são feitas somente nos finais de semana, nas poucas horas de folga dos assalariados. Isso atrasa as obras e faz com que os trabalhadores sejam submetidos a uma dupla jornada de trabalho.

No capitalismo, o salário é pago ao operário para que ele sobreviva e se reproduza, para garantir a força de trabalho. Isso quer dizer que o salário tem que dar para pagar moradia, alimentação, transporte etc. O que tem acontecido é que o salário está tão baixo que mal dá para comer, quanto mais para morar. Por isso, obrigar os trabalhadores a fazerem dupla jornada nos mutirões para construir casas, que por direito deveriam ser compradas com o salário, é aumentar a exploração.

Realizou-se em janeiro o Congresso da CNTE. Publicamos abaixo o manifesto distribuído pela Corrente Proletária na Educação no encontro:

Ao Congresso da CNTE

1. Avança a crise mundial - A falência do neoliberalismo

A pequena recuperação da economia mundial puxada pelas potências imperialistas tem sido festejada como um bom sinal de saúde econômica do capitalismo. Entretanto, a multiplicidade de grandes acontecimentos mostra a agudização das contradições do sistema de exploração do trabalho e de opressão nacional. A quebra da economia mexicana é um dos acontecimentos mais recentes que comprova essa afirmação. A aplicação da política neoliberal ditada pelo imperialismo protegeu os interesses dos investidores parasitas e arrebentou com a economia interna do país. A submissão do México às metrópoles, principalmente aos Estados Unidos, resultou na mais profunda debacle financeira do Estado, no retrocesso da indústria nacional, na invasão de seu mercado e no crescente desemprego. A crise do endividamento de 1982 empalidece diante do naufrágio atual e quem lucrou com a desgraça do México foi a burguesia rapina internacional. E quem foi sacrificado foram as massas, que arcaram com o pacto-social acordado entre a burocracia sindical corrompida e o governo. O levante guerrilheiro de Chiapas é expressão da resistência campon-

sa, apesar desta não estar de posse da estratégia da revolução proletária. A possibilidades dessa crise se impor em toda a América Latina é grande. Trata-se de uma questão de ritmo. Os adoradores do neoliberalismo e os capituladores reformistas não têm muito que festejar quanto a isso. O importante da falência mexicana é o fato de mostrar que em certa medida a recuperação das potências se deve ao aumento da opressão nacional das semicolônias, que constituem a maioria das nações do mundo, e da ampliação da miséria das massas. É um engano pretender fazer do exemplo mexicano um fato isolado. Ele é fruto das tendências gerais de desagregação do capitalismo mundial. O que quer dizer que a extraordinária capacidade de produção instalada, a grande concentração de capitais monopolistas e o empobrecimento bárbaro das massas alcançaram um patamar em que o sistema econômico só pode sobreviver destruindo uma parte das forças produtivas. A ofensiva global do neoliberalismo sobre as semicolônias e também sobre as economias estatizadas do Leste Europeu em processo de restauração capitalista resulta em tal destruição. A formação dos blocos econômicos ao contrário de abrir campo para solucionar a crise de superprodução propicia o protecionismo interimperialista. A restauração burguesa na Rússia e em outras partes comprova que as forças produtivas são obrigadas a regredirem e que as relações de opressão de classe nacional se intensificam contra a maioria trabalhadora. O intervencionismo militar do imperialismo em várias partes do mundo se constitui numa condição para assegurar o poder mundial das potências e avançar a opressão nacional. A capitulação das burguesias nacionais das semicolônias e da burocracia estalinista perante o imperialismo é produto da intensificação da desagregação mundial do capitalismo. O que quer dizer que nenhuma fração da classe dominante pode desempenhar um papel progressista de luta antiimperialista. O proletariado mundial é a classe

historicamente capaz e interessada em combater o sistema de exploração e opressão nacional burgueses. Trata-se de qualquer organismo de classe das massas oprimidas assumir a estratégia da revolução proletária e tomar em suas mãos as tarefas que coloquem o proletariado como força motriz das transformações.

2. A crise capitalista no Brasil e o novo governo neoliberal

A burguesia tem incentivado a idéia de que o Plano Real abriu as portas para solucionar a crise econômica e financeira do Brasil. Em realidade, é uma cópia adaptada das medidas neoliberais que artificialmente derruba a inflação da noite para o dia, valoriza a moeda nacional em relação do dólar e aparentemente estabiliza a moeda. Tudo isso é precário e funciona nos mesmos moldes que no México. A vitória de Fernando Henrique Cardoso, por sua vez jogou um papel estratégico para o continuísmo da linha abertamente pró-imperialista e para reordenar o regime político em frangalhos. Apesar da Frente Brasil Popular não ameaçar o domínio da burguesia, não era a melhor variante para a situação convulsiva do país. Os reformistas da Frente Brasil Popular explicam que houve uma vitória do "projeto conservador" contra o "projeto democrático popular". Entretanto, o fundamental não está nessa constatação. Os reformistas evitam explicar dois pontos essenciais. O primeiro é que o chamado "projeto conservador" é uma posição antinacional e antipopular da burguesia, encabeçado pela coalizão do PSDB com o PFL e agora com o PMDB na constituição do governo. Isto é, os três maiores partidos da burguesia assumiram o programa imposto pelas potências. O segundo é que a Frente Brasil Popular não só foi derrotada eleitoralmente como programática e politicamente se subordinou à frente burguesa pró-imperialista. A decisão do PT de fazer uma "oposição propositiva" objetiva assegurar a governabilidade da coalizão vencedora. Para o novo governo



reordenar as forças burguesas dilaceradas pelas crises dos governos anteriores e para levar adiante as reformas antinacionais e antipopulares é fundamental a colaboração do reformismo, porque este controla a CUT e centenas de sindicatos. Assim como a burguesia mexicana precisou e precisa da colaboração da burocracia sindical para impor os planos de sangria da nação e de fome das massas, o mesmo se passa no Brasil, apesar de suas particularidades. Essa é a dificuldade central do proletariado e demais camadas oprimidas. Não há outra via para o governo de Fernando Henrique senão aplicar medidas de choque mais brutais que as ocorridas no período de Collor. A Reforma Constitucional prevista nada mais é do que uma adaptação legal ao

no de entrega total dos setores chaves como o petróleo, energia, telecomunicações e mineração. Também objetiva quebrar conquistas sociais elementares como a aposentadoria por tempo de serviço e estabilidade do funcionalismo público. Tudo isso nos é conhecido. O fundamental está em que tais medidas não solucionam a desintegração da economia, ao contrário a agrava sacrificando brutalmente a vida dos trabalhadores. Um acontecimento particular da situação que reflete muito bem o curso da crise é a intervenção militar no Rio de Janeiro, a pretexto do narcotráfico. Na realidade é um indicador da necessidade das forças armadas comparece-

n abertamente como parte ativa da "democracia" e do funcionamento do governo. É um indicador da necessidade da burguesia militarizar as relações sociais, marcadas pelo avanço contínuo da miséria de milhões de trabalhadores. O apoio dos reformistas à essa operação militar é um sintoma de dependência ao Estado totalitário burguês. Podemos prever que o governo neoliberal de Fernando Henrique não resolverá os impasses da burguesia, agravados desde o fim do regime militar. Para sobreviver terá de governar como a uma ditadura civil. É necessário desde já que a vanguarda e os organismos das massas fixem uma posição de derrota do governo pró-imperialista, através da luta independente das massas.

3. Uma tarefa central: unificar nacionalmente as massas

As frações burguesas se dividem quanto às particularidades da implantação do plano neoliberal, porém estão de acordo na estratégia geral pró-imperialista. As camadas mais avançadas do proletariado têm procurado resistir aos ataques dos exploradores. Entretanto, não têm podido se aproveitar da divisão interburguesa para se impor contra o plano neoliberal. Isto porque o movimento grevista tem sido pulverizado pela política divisionista das direções reformistas e burocráticas. As jornadas de luta dos meses de setembro a dezembro, envolvendo metalúrgicos, petroleiros, carteiros, condutores, têxteis, construção civil, bancários etc comprovam as tendências instintivas de lutas presentes no seio das massas oprimidas. Praticamente todas as greves foram deliberadamente isoladas e fragmentadas. Em nenhum momento a direção cutista se colocou pela unidade regional e nacional dos trabalhadores. Tal atitude é consequência da política reformista e diretista (Força Sindical) de evitar o confronto aberto dos assalariados contra o Estado burguês, a democracia dos capitalistas e seus partidos. As direções corrompidas pela democracia burguesa anulam as Centrais e os sindicatos como instrumentos de ação direta e unidade proletária. A militância revolucionária deve se opor terminantemente ao divisionismo corporativista e pró-burguês, trabalhando pela unidade nacional dos explorados contra a ofensiva antipopular do governo neoliberal. Para isso, é necessário defender amplamente as reivindicações vitais como o salário mínimo de 750 Reais, reposição de todas as perdas, reajustes automáticos, aposentadoria por tempo de serviço, estabilidade a todos, terra aos camponeses, teto, saúde e educação.

3. Constituir uma frente única anti-imperialista

Tudo indica que o imperialismo pressionará mais poderosamente ainda os governos entreguistas das semicolônias. O programa do PSDB/PFL é a indicação segura de que a ofensiva antinacional está apenas começando. É uma farsa pretender defender as condições mais elementares de existência dos oprimidos sem levantar uma programa de

luta antiimperialista. É outra farsa se colocar a favor da luta antiimperialista sem se defender o estatismo nas semicolônias, ou seja, contra a entrega das estatais ao grande capital multinacional. Muitos burocratas dizem que ao proletariado só interessa o

salário e o emprego. E que pouco se importa com a desestatização, que é um problema apenas da burguesia. Na realidade, pretendem com isso evitar que as massas transformem suas necessidades imediatas em luta política contra a burguesia internacional e contra os entreguistas nacionais. Ocorre que se o proletariado compreende a importância de rechaçar a política neoliberal ligará as bandeiras antiimperialistas à tarefa de derrocada do sistema capitalista de exploração. A burguesia internacional e nacional das semicolônias estão unidas, apesar dos conflitos de interesses provocados pela crise, para descarregar o peso da desintegração capitalista sobre a maioria explorada. A unidade das massas na luta antiimperialista amadurecerá as condições políticas e organizativas para a revolução proletária e a implantação da ditadura revolucionária da maioria contra a ditadura reacionária da minoria. Nenhum organismo das massas, a exemplo dos sindicatos, pode se furtar a organizar os comitês de frente única antiimperialista, sob a direção do proletariado.

Tendência pelo Partido Operário Revolucionário

OPE-
RÁRIO
REVOLU-
CIONÁRIO
Educação



Reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional aponta:

Construir a Frente Revolucionária Antiimperialista contra a opressão estrangeira, contra o neoliberalismo e a entrega do país

Internacional

Trata-se de uma das deliberações da última reunião do Comitê de Enlace. Sim, é a nação oprimida pelo imperialismo quem tem que levantar-se para impor a libertação nacional e o desenvolvimento global da economia do país. Seria absurdo sustentar que o proletariado (entre outras coisas minoritário) pode consumir uma revolução

que obrigatoriamente deve varrer o precapitalismo, cumprir as tarefas democráticas e projetá-las ao socialismo.

A Frente Antiimperialista é formada pelas classes majoritárias sob a direção política do proletariado, condição fundamental.

Nos diferentes países latino-americanos as burguesias, sejam nacionais ou comerciais, seguem a política colonialista e de livre mercado do imperialismo e quando se opõem aos seus planos o fazem parcialmente e buscando entender-se com a nação opressora poderosa. A

essa frente - contrária aos interesses nacionais - os revolucionários opomos a frente antiimperialista, que é a frente das classes e nações do país oprimido, para poder varrer com a opressão e exploração estrangeiras.

À tática capituladora e entreguista do reformismo-revisionismo, das burocracias sindicais corruptas, opomos a tática frentista revolucionária que busca emancipar o país das garras imperialistas e a miséria que impõem seu secular atraso.

33º Congresso do POR boliviano

Em 24 e 25 de dezembro se realizou o Congresso Nacional do POR, com a finalidade de prepará-lo e potenciá-lo para que jogue o papel de direção das massas na arremetida da maioria nacional contra o governo, que já se colocam.

Suas principais resoluções:

I - As tarefas futuras:

Esquema de nossa colocação política

a) O essencial da nossa linha política diz que a situação que se vive tende a transformar-se em insurrecional sob o impulso instintivo das massas radicalizadas, isto se traduz na tendência a concentrar todos os problemas nas mãos do partido.

b) A radicalização instintiva das massas se concentra e se supera nas mãos do partido. Os planos insurrecionais e seu estalo não se fixarão em assembléias sindicais, em massivas concentrações na Praça de São Francisco da cidade de La Paz, por exemplo; mas pelo partido, por sua direção durante seu trabalho conspirativo.

c) A nova arremetida antigovernamental das massas, que se coloca no horizonte, terá maior conteúdo político que as anteriores e seu eixo será o repúdio à reforma tributária (aumentará enormemente a situação de extrema miséria da maioria nacional) e as três leis malditas.

Adiantamos que nesse momento se potenciará grandemente a urgência de que esteja presente no cenário como direção física das massas - e não apenas como referência política - o Partido Operário Revolucionário.

Deve tomar-se em conta que estamos falando deste e não de nenhum outro. Dizemos isso porque se acentuará a tendência de aproximação à insurreição que colocará a solução radical do problema político.

Como atuar na próxima arremetida popular?

a) Tudo parece prepara-se para que a curto prazo se desencadeie a arremetida popular (por arrastar a grandes setores do país a operações de rua) sob a direção da burguesia, porque são correntes controladas por ela, que tem se colocado à cabeça. Os Comitês Cívicos de Santa Cruz e La Paz estão metidos na carreira antigovernamental, seguidos pelas universidades e municipalidades - ainda que de maneira indireta - pela burocracia



estalinista que fala em nome da COB. Os objetivos que elaboram os "rebeldes" são os que interessam de maneira direta aos empresários e pode ser que se faça referência à questão salarial, por exemplo, e que esteja relacionada com os trabalhadores. É importante constatar que a peça mestra para a conformação deste bloco é o estalinismo, particularmente através da ASD, há possibilidades de que também se some a burocracia da Confederação de Professores, vale dizer, do PCB.

b) A burguesia, os empresários, voltarão a encobrir-se com as correntes estalinistas e com a burocracia sindical - por sua vez, esta dirá que estão realizando uma grande manobra para neutralizar sua pouca convocatória e a resistência que encontram nas bases sindicais - para consumir sua rebelião capitalista anti-Goni.

Encontramo-nos diante de uma reedição - pelos seus traços gerais - do levante popular de 21 de julho de 1946, que acabou com o governo de Villaroel. Tratou-se de um inconfundível movimento contra-revolucionário - isto por seus objetivos -, dirigido pela rosca, pela maçonaria.

Para o observador superficial tratou-se de um movimento revolucionário porque o protagonizaram universitários, professores e até operários, graças aos canais piristas. O estalinismo - estava seguro de estar consumando a revolução democrática com o apoio da "burguesia progressista" - usou o slogan do pacto tripartite entre universitários, professores e operários, para levar as massas até a trincheira rosqueira. O PIR não traía a ninguém - se excetuam as ilusões de alguns setores populares -, estava aplicando cuidadosamente sua estratégia de colocar-se por trás da burguesia submissa para conseguir que o país se encaminhe pelo rumo do desenvolvimento capitalista e democrático.

c) Nessa oportunidade o POR - que estava dando seus primeiros passos de aprendizado no seio das massas - foi marginalizado totalmente desses "movimentos populares" e duramente combatido e perseguido como "nazi-trotskista".

Quando já se havia avançado bastante na conformação do bloco "nova rosca-estalinismo", o POR novamente é marginalizado cuidadosamente, operação inicial que pôde transformar-se em seu isolamento das massas e sua apresentação como reacionário e aliado do governo gonista. A arremetida popular se transformaria em poderosa força que pode ser utilizada para fraturar o partido revolucionário.

d) Algumas de nossas consignas partidárias apareceram entre as elaboradas pelo bloco burguesia-estalinismo, mas como secundárias, para

dar força às colocações que interessavam de maneira imediata aos grandes empresários. Este fato nos colocaria em situação desfavorável diante do bloco reacionário que começará timoneando as manifestações de rua.

A mobilização que já está a ponto de ganhar as ruas, se o POR não consegue deslocar a burguesia-estalinismo de seu posto de direção, pode acabar, no melhor dos casos, substituir Goni-Patiño por outro politiquero igual ou chegar a um acordo com o atual governo sobre a base de concessões em alguns pontos da demanda dos empresários. Tudo isso será prejudicial para os interesses populares e contrário à política revolucionária do proletariado.

e) O objetivo porista é conseguir que as massas passem por cima das propostas e da direção burguesas da mobilização. Há que converter-se na direção dos explorados e colocar a política do proletariado. Tudo somente pode conseguir-se se se desloca a burguesia-estalinismo da direção do movimento.

Isso se conseguirá se de imediato a militância organizada e bem preparada se lance a penetrar no seio das massas e desde lá traduza em consignas políticas o que agora é impulso instintivo. Com se vê, trata-se de um trabalho encaminhado a superar politicamente e organizativamente o partido.

II - Contra a ameaça de corrupção dos quadros

A burguesia exhibe tentações para corromper os militantes, para procurar que deixem de ser exemplares bolcheviques. Em resposta o Congresso resolveu o seguinte:

Nenhum militante que chegue a direções sindicais, estudantis ou populares pode tirar vantagens pessoais de seu cargo.

Não pode melhorar de trabalho.

Não deve beneficiar-se de salários elevados, dietas de reuniões em certos organismos etc.

Está obrigado - sob sanção de expulsão - a manejar o dinheiro sindical de maneira cristalina e sob controle das bases.



Precisões sobre a Frente Revolucionária Antiimperialista como tática que pode materializar a revolução proletária

Texto de Guillermo Lora, publicado em *La Colmena*, nº 1154, Dezembro de 1994.

Internacional



O que são nação oprimida e nação opressora? As táticas de unidade nacional burguesa e da FRA. Revolução nacional e revolução burguesa.

Seguimos o ensinamento de Lenin de distinguir entre nação oprimida e nação opressora, o choque entre elas resume a política mundial. A nação oprimida está conformada pelas semi-colônias e os países capitalistas atrasados, que quase sempre são produtores de matérias primas, vêm limitada sua soberania e acabam economicamente exploradas e politicamente oprimidas. A nação opressora é o imperialismo, que necessariamente tem que se apoiar na exploração e opressão dos países atrasados. As formas de choque entre essas nações é expressão das que se dão entre as classes proletária e burguesa.

É incorreto a aplicação mecânica nos países atrasados das particularidades que ocorrem nas metrópoles imperialistas, erro no qual com frequência caem os que se reclamam do marxismo.

É certo que a finalidade estratégica (revolução e ditadura proletárias) é a mesma nas semicolônias e metrópoles, ainda que necessariamente mostrará diferenças ao longo de sua execução em ambos extremos da realidade mundial.

As particularidades diferenciais entre imperialismo e semicolônia se dão na tática que deve empregar-se para materializar a finalidade estratégica. Como corresponde à realidade social, as particularidades de países atrasados e imperialistas determinam as particularidades da política nos dois extremos.

Em que condições pode dar-se a

FRA? O fundamental é o programa e o direito de crítica aos ocasionais aliados

A tática adequada para conseguir a materialização da revolução proletária nos países atrasados é a da unidade das classes sociais que suportam a opressão imperialista. Isso mesmo diz a burguesia e, no entanto, há uma diferença abismal entre a tática burguesa e proletária.

As revoluções de um país atrasado e também nas grandes metrópoles têm sempre um caráter nacional, no sentido de que são expressões do todo o desenvolvimento do país e de suas particularidades culturais. Por isso mesmo, usar esse termo, à margem de toda a precisão, pode levar a confundir o problema da transformação radical das semicolônias e do imperialismo.

Trata-se, nos países atrasados, de aprender a diferenciar entre revolução nacional e revolução burguesa.

Falamos de revolução nacional porque será protagonizada pelo conjunto das classes oprimidas pelo imperialismo e não de revolução burguesa porque o cumprimento das tarefas democráticas será feito pela ditadura do proletariado, na perspectiva de sua transformação em socialistas.

Se a tática adequada nas metrópoles é a frente única proletária, nos países atrasados adquire características de frente anti-imperialista, que tem que ser entendida como a união da nação oprimida sob a direção do proletariado.

Corresponde impor a FRA aos supostos esquerdistas desde o seio das massas

O fundamental na estruturação do FRA é seu programa revolucionário, porque sendo outro cairá no objetivo da burguesia de por em pé a unidade nacional sob sua direção política. O objetivo bolchevique é o de arrancar as massas do controle dos partidos pro-burgueses, por isso deve impor-se o direito de crítica à conduta dos aliados ocasionais. O FRA resulta numa frente política excepcional, porque somente pode impor-se nas condições de uma grande radicalização das massas; assim poderão ver-se os dirigentes reformistas -- devido à pressão de suas bases -- obrigados a submeter-se à direção revolucionária.